

ENTREVISTA COM O PROF. JOSÉ MARIA DA SILVA ROSA

Celso João Carminati*

Revista Linhas: *Professor José Maria Silva Rosa, é um prazer recebê-lo e poderemos realizar esta entrevista. Inicialmente, o senhor poderia apresentar-se dizendo-nos sobre sua formação e áreas de atuação como professor e investigador?*

José Maria da Silva Rosa: Bem, a gente se apresentar tem sempre algo de artificioso, porque tendemos a construir a nossa história, a nossa narrativa pessoal como um “percurso de coerências”, quando muitas vezes o mais fecundo na nossa experiência vivida foram as hesitações, as aporias vividas, os becos sem saída (ou não) onde nos metemos... Não, não estou fugindo à questão; estou só partilhando algo que muitas vezes me faz pensar, que é esta inevitável tendência que temos de olhar para trás, na nossa vida, dando sentido atual a acontecimentos que na altura não tiveram tal significado. E nesse olhar anatrético, regressivo, costumamos ser muito (demasiado?) indulgentes conosco mesmos, construindo uma “boa história”. Somos muito moralistas... *São Nietzsche, ora pro nobis*. Quero começar por dizer que tive um percurso acadêmico pouco regular e não muito recomendável a terceiros [risos]. Comecei por estudar Teologia na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. A opção por Teologia foi natural visto que na altura eu estava no Seminário. Vale a pena dizer, porém, que do ensino secundário, as áreas que sempre me apaixonaram foram, sobretudo, a Matemática, a Filosofia e a Literatura. A certa altura do meu percurso, saí da Teologia (por ter saído do Seminário, mas a Teologia permaneceu e permanece sempre como “velho amor”) e matriculei-me em Direito na Faculdade Clássica de Lisboa. Depois do primeiro ano, porém, concluí que tinha “demasiado jeito” para o Direito e decidi abandonar para ingressar em Filosofia (via Ensino) na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa.

* Doutor em Educação. Professor do Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Estado de Santa Catarina.

Revista Linhas: *O senhor poderia explicar melhor por que saiu do Curso de Direito por ter “demasiado jeito”?*

José Maria da Silva Rosa: É isso mesmo. Eu gostava muito de Direito; quase sentia a *concupiscentia digitorum*, isto é, a concupiscência na ponta dos dedos, no organizar o processo, o carrear da documentação, organizar os *dossiers*, etc., de tal modo que compreendi, de um modo muito claro, que se prosseguisse por essa via a minha vida iria ficar refém do Direito. Juntaram-se alguns pruridos e preconceitos pessoais, acho, pois senti que alguma vez na minha vida a questão da Justiça e das pessoas concretas ficaria em segundo lugar perante o processo, a tramitação legal, o dinheiro, sei lá... Senti que talvez ‘ganharia a vida, mas arriscava perder a alma’. Foi uma intuição e acho hoje que fiz muito bem. O Direito teria talvez entortado a minha vida [risos].

Revista Linhas: *Como foi o Curso de Filosofia na Universidade Católica Portuguesa?*

José Maria da Silva Rosa: Correu muito bem. Sempre fui um bom aluno, sendo ao mesmo tempo trabalhador-estudante. E tive professores excelentes, a que muito agradeço o que hoje sou. A via de estudos que fiz foi a chamada “Via de Ensino em Filosofia”, quer dizer: depois dos 4 anos de Curso com matérias filosóficas, havia mais dois anos de Estágio Pedagógico: o 1º para fazer as disciplinas pedagógicas (História da Educação, Filosofia da Educação, Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Desenvolvimento Curricular, Didáticas da Filosofia, etc.) e o 2º já na escola, com responsabilidade por duas Turmas. Realizei minha Graduação em Ensino de Filosofia (1993, Magna cum Laude), Mestrado (1997, Summa cum Laude) e Doutorado (2005, Summa cum Laude) em Filosofia Medieval, todos os graus na Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), na qual lecionei de 1993 a 2002. Fiz Estágio na escola D. Pedro V, em Lisboa; foi um tempo fabuloso, o da Universidade. Atualmente, depois de ter sido professor durante 10 anos na Universidade Católica em Lisboa (principalmente em Filosofia Medieval, Santo Agostinho e Filosofia da Religião), dou aulas na Universidade da Beira Interior, na Covilhã. As minhas áreas de docência em Filosofia são as mesmas, mas dou também aulas noutros Cursos: Cinema, Design Multimídia, Medicina... Do ponto de vista da investigação, os principais interesses acadêmicos são os que estão na breve nota curricular. Neste momento, participo em vários projetos financiados pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia, que é a entidade que apoia a investigação em

Portugal) de vários Centros de Investigação, como por exemplo, o Gabinete de Filosofia Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Sou membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa e da Société Internationale pour l'Étude de la Philosophie Médiévale. Portugal é muito pequenino, como sabes... Toda a gente se conhece. Para o bem e para o mal [risos].

Revista Linhas: *Professor José Rosa, para o senhor qual é a importância que a União Europeia atribui ao ensino de filosofia nas escolas secundárias no atual contexto de globalização?*

José Maria da Silva Rosa: Bem, acho que há alguma dissintonia entre o que são os pronunciamentos teóricos e públicos, muito positivos, e depois as práticas concretas. Mas a realidade europeia é bastante diversa e eu devo dizer que não conheço bem como as coisas estão em todos os países. Por exemplo, em França, há uma grande tradição de ensino de Filosofia no Secundário e há grande reconhecimento da sua importância por parte de outras ciências humanas, o que não acontece em Portugal, onde certas áreas de saber ainda muito “positivistas”, como certas Sociologias e Psicologia (falo em geral, certo de que existem exceções que merecem ser relevadas), prezam muito pouco, quando não ostracizam mesmo a Filosofia. É uma grande perda para todos, pois a racionalidade filosófica é como que “ar fresco” não só para a nossa vida pública e para a cidadania, como para o próprio projeto científico europeu, como bem reconhecia, quer o *Relatório Delors – Quatro Pilares para a Educação*, em 1996, quer a criação, em 2002, na *Declaração de Paris em prol da Filosofia*, da UNESCO, do *Dia Internacional da Filosofia* (3ª quinta-feira do mês de Novembro), e da extraordinária *Mensagem* do seu Diretor-Geral, em 2007. Mas a ideologia neoliberal dominante e globalizada, que avalia tudo pela bitola curta do simples lucro financeiro, da aplicação imediata do conhecimento ao mercado de trabalho, etc., não vê muita utilidade na Filosofia. Quando o Ensino Superior, em geral, é encarado como simples correia de transmissão da sociedade, algo vai muito mal, porque a Universidade sempre teve e deve ter também uma função crítica da mesma sociedade em que se insere. Querer que os Cursos Universitários vivam para responder às necessidades imediatas do mercado é um erro que se pagará caro. Nas Humanidades o retorno à Sociedade (que deve sempre acontecer!!!) segue uma outra “via longa”. Aliás, é o próprio critério da simples “utilidade” imediata que a Filosofia e outros saberes contestam; fora a utilidade imediata o critério universal de aferição

dos saberes numa sociedade e a Filosofia grega, em Tales, não teriam nascido; as Artes teriam muitas dificuldades em estar com todo o direito na Universidade, bem como a Matemática Pura ou a Física Teórica. É um problema sério para a formação não só em Filosofia, mas para a Educação e formação integral da Pessoa e do Cidadão, enquanto tais no sentido da *Paideia* grega, da *Formatio* latina e da moderna *Bildung*. Importa dizer que este é o “lucro” fundamental que a Filosofia pode trazer à nossa vida coletiva. Parece-me que o Brasil, por várias razões, não tem este problema da legitimidade pública da reflexão filosófica; mas em Portugal sente-se muito.

Neste momento, por exemplo, em que a crise da Grécia está nas primeiras páginas dos jornais e quando existe em todos os países um olhar acusador sobre a Grécia (em Portugal alguns repetem alarvemente “Não somos a Grécia”, sem compreenderem o insulto e, vá lá, também a estupidez de tal juízo), tem sido também oportunidade para alguns, como por exemplo, o ex-Presidente Mário Soares, mas não só ele, sublinharem a dívida que a Europa e toda a civilização ocidental têm para com a Grécia, em todos os planos: político, cultural, científico, filosófico...

Mas a questão é o que fazer com esse capital simbólico. Nem sempre é óbvio que a existência da Filosofia seja sinônimo de genuíno interesse filosófico. Temos o caso da Bélgica, onde não há Filosofia no Ensino Secundário. Isso, curiosamente, segundo me dizem alguns colegas belgas, cria maior apetência pela reflexão filosófica no Ensino Superior. Mas, apesar disso, creio que a existência no Secundário é fundamental para o nascimento e amadurecimento de verdadeiras “vocações” filosóficas. Neste contexto globalizado, urge afirmar sem tibiezas que continua a fazer todo o sentido pensar por si próprio, pensar criticamente, a capacidade de ler os textos e o grande “texto do mundo”, a realidade social, a realidade econômica, a capacidade de argumentar com sentido, etc. Veja-se o caso do grande investidor mundial, George Soros que cursou Filosofia e a considera fundamental para se poder “ler” hoje o mundo (como, aliás, já Tales de Mileto o fizera, com oportunidade, alugando todas as prensas de azeite, na sua cidade, em resultado das suas previsões de uma boa safra de azeitona, que fizera ao observar os céus, provando assim que a “theoria” não só não é inútil, mas mesmo necessária.

Revista Linhas: *O senhor poderia nos relatar algumas experiências, tanto do ponto de vista da legislação quanto do ponto de vista da presença da disciplina nas escolas secundárias em alguns países da Europa?*

José Maria da Silva Rosa: Acabei de referir os casos de França e da Bélgica. Que eu saiba, em todos os países da Europa, exceto na Bélgica, como disse, a Filosofia está presente nas Escolas Secundárias. Até existem países, como a Suécia, onde ela existe na Escola pública Primária como *Filosofia para Crianças*. Em Portugal, o projeto da *Filosofia para Crianças* existe em alguns Colégios privados com bons resultados, ao que me consta.

Revista Linhas: *Em Portugal, qual é situação do ensino da filosofia nas escolas secundárias?*

José Maria da Silva Rosa: Neste momento, existe Filosofia obrigatória no 10º e no 11º ano. No 12º, onde já foi obrigatória, passou em tempos a opcional de alguns Cursos. Foi uma machadada profunda na Filosofia, porque a partir do momento em que passou a opcional, os alunos simplesmente deixaram de escolhê-la (princípio do menor esforço) e as turmas de 12º ano, que era onde nasciam de fato aquelas “vocações filosóficas” que referi, simplesmente desapareceram. A par disso, houve um movimento de acabar com a Prova de Filosofia como exame de acesso ao Ensino Superior naqueles cursos que assim o quisessem. E havia centenas de cursos (Direito, Comunicação, Letras, etc.) em muitas universidades que tinham Filosofia como prova de acesso. Chegou-se ao cúmulo de não haver prova de Filosofia para aceder ao Curso de Filosofia. Nota: eu acho que se pode entrar em Filosofia no Ensino Superior a partir de qualquer área de estudos, por exemplo, Literatura ou Física. Mas ninguém deve ser impedido de aceder mediante a Prova de Filosofia que, na prática, era o que acontecia. Neste momento, fruto de negociações entre o Ministério e a Associação de Professores de Filosofia e a Sociedade Portuguesa de Filosofia, a prova de Filosofia voltou a poder ser utilizada como prova de acesso ao Ensino Superior. Mas em termos concretos, só em 2014 isso acontecerá.

Revista Linhas: *O Senhor poderia nos explicar com mais detalhes o que de fato é, e como na prática funciona esta prova para acesso ao ensino superior?*

José Maria da Silva Rosa: É simples. Um determinado Curso numa qualquer Universidade, em função do seu perfil, da sua natureza, das finalidades e competências que pretende para os seus alunos (dou o exemplo do Curso de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior, na Covilhã, que tem Filosofia como disciplina de acesso, o qual a par de uma componente técnica forte tem, igualmente, uma forte dimensão reflexiva e filosófica, que, aliás, os antigos alunos, que já estão no mercado do trabalho, dizem ser uma grande vantagem

competitiva em face de outros alunos que chegam ao mercado com perfil mais “técnico”; significa que “saber pensar” é o principal “*skill*” seja em que área for), decide as disciplinas em que um aluno pode fazer exame de acesso, por exemplo, nas áreas das Humanidades, do Direito, etc., pode ser “Língua Portuguesa ou História ou Filosofia” ou qualquer outra série de disciplinas. Aliás, agora a série de alternativas pode ir até 4 disciplinas, se não estou errado. Deste modo, um aluno tem mais incentivo a estudar Filosofia no 12º ano caso queira concorrer a uma Universidade / Curso que coloque o exame de Filosofia como opção de acesso.

Revista Linhas: *Quantas universidades oferecem cursos de licenciatura ou bacharelados em Filosofia em Portugal? Há procura por estes cursos?*

José Maria da Silva Rosa: Comparado com a oferta no Brasil, há poucos cursos. Espero não me esquecer de nenhum. Começemos por Lisboa: oferecem Cursos de Filosofia (3 ciclos: licenciatura, mestrado e doutorado; os bacharelados desapareceram no contexto da Reforma de Bolonha, sendo substituídos pelos 3 anos das Licenciaturas) a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e a Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa (aqui em regime *b-learning*; a Católica tem também uma Faculdade de Filosofia junto dos Jesuítas, em Braga). Como os últimos resultados da demanda têm mostrado, são muitos cursos para a região de Lisboa. Haverá talvez que racionalizar... Há também Curso de Filosofia (os 3 ciclos) na Universidade de Évora, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na Universidade do Minho, em Braga e, *last but not least*, na Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior, na Covilhã. Ah! Na Universidade dos Açores também há Curso de Filosofia, mas não abre todos os anos. As últimas notícias que tive é de que abre (ou pode abrir) de 2 em 2 anos. De um modo geral, não há demanda que corresponda à oferta. Nos últimos anos, só o Porto e Braga têm preenchido as vagas, o que corresponde à maior densidade demográfica do país. Os problemas dos Açores, de Évora e da Covilhã são essencialmente demográficos, visto os alunos (sobretudo por razões econômicas) terem vindo a privilegiar a proximidade geográfica, para ficarem perto da casa dos pais. É isso acima de tudo que determina hoje a demanda da filosofia em Portugal.

Revista Linhas: *Quem determina os conteúdos a serem ensinados nas aulas de filosofia nas*

escolas secundárias Portuguesas?

José Maria da Silva Rosa: Existem Programas oficiais e nacionais determinados pelo Ministério da Educação. Mas para a feitura deste Programa são convidados Professores para integrarem uma Comissão, normalmente composta por Professores Universitários e do Secundário, os quais têm inteira liberdade de fazer e propor um Programa (que contempla pontos opcionais) que, depois, é aprovado pelo Ministério.

Revista Linhas: *Existe a obrigatoriedade do ensino de Filosofia nas escolas secundárias Portuguesas? Em quais anos e com qual carga horária ela é oferecida?*

José Maria da Silva Rosa: Sim. A Filosofia é obrigatória nos 10º e 11º anos, com 4 horas semanais. No 12º ano continua virtualmente como Opcional, mas praticamente não existem Turmas em nenhuma escola pública do país (que eu saiba; mas os colegas professores de filosofia no secundário podem confirmar isso). Que eu saiba, não existe nenhuma; aliás, este problema não se colocou apenas à Filosofia, mas também ao Latim. Oficialmente, pode haver turmas, mas devem ter um número mínimo de alunos. Ora, se numa Escola existem 4 alunos que querem Filosofia ou Latim, dizem-lhe que com estes números não pode abrir turma. Então devem fazer a disciplina numa Escola onde haja um número mínimo para uma turma abrir. Mas se esta Escola ficar longe de casa, na prática, o aluno fica impedido de frequentar.

Revista Linhas: *As carreiras para professor em geral e em específico para o ensino de filosofia são atrativas para os alunos que estão nos cursos de graduação?*

José Maria da Silva Rosa: Parece-me que já foram mais. Mas esse não é um problema próprio da Filosofia, mas de toda a carreira docente em geral. O quadro geral da profissão mudou bastante nos últimos anos. Por exemplo, o meu Estágio Pedagógico, há 20 anos era razoavelmente remunerado. Há alguns anos decidiram retirar responsabilidade por turmas aos Professores Estagiários (uma barbaridade!) e conseqüentemente o Estágio deixou de ser remunerado. Neste momento (não sei bem se já entrou mesmo em vigor), o Ministério prepara-se para introduzir um Exame Geral de acesso à profissão. Até pode haver bons argumentos a favor, mas a questão é que isso minoriza o papel formador das Universidades. É como se o Ministério, indiretamente, viesse avaliar obliquamente a formação ministrada pelas

Universidades (avaliação que já é feita por outra via). Tudo isso tem vindo a tornar a profissão docente, em geral, menos atrativa. Mas pode haver alguns benefícios, porque também houve durante muito tempo um espírito de que ia para Professor secundário quem “não sabia fazer mais nada”, o que é um labéu muito mau para esses colegas. Assim, isso pode permitir de algum modo selecionar as pessoas mais motivadas e mais bem preparadas para a profissão.

Revista Linhas: *Soube que há cursos de Mestrados em “Ensino de Filosofia” em algumas universidades Portuguesas. Gostaria que o senhor nos relatasse o que são e qual a importância destes cursos para a formação dos professores de Filosofia?*

José Maria da Silva Rosa: Sim, existem Mestrados de “Ensino em Filosofia”. No contexto da reforma de todos os Cursos à Declaração de Bolonha, que está em Curso em toda a União Europeia, estes Mestrados vieram substituir o anterior Estágio Profissional que, assim, passa a ser feito no contexto do Mestrado, no 2º ano. Ou seja, neste momento a coisa está assim: depois dos primeiros 3 anos de graduação (antes as Licenciaturas tinham 4 anos, o Bacharelado 3 anos; agora, a Licenciatura em 3 anos substitui o Bacharelato), mais dois anos de Mestrado, que podem ser de índole científica, para investigação e carreira Universitária (na minha Universidade existe um Mestrado Científico em Ética e Política) ou em Ensino. Hoje, estes Cursos de Mestrado são legalmente indispensáveis para ser Professor no Ensino Secundário. Ninguém pode ensinar sem eles (não só na Filosofia, mas em todas as áreas). Substantivamente, direi que ele é fundamental, porque é a introdução dos alunos àquelas matérias pedagógicas e didáticas que antes referi e também de iniciação à profissão docente, em contexto da Escola, no 2º ano, dando algumas aulas na turma do seu Orientador na Escola (existem dois Orientadores: um da Universidade e outro da Escola). No final, o aluno tem de apresentar um *Dossier* sobre o Estágio e a prática docente que é avaliado por ambos os Orientadores.

Revista Linhas: *Por que o Senhor se refere que “ninguém pode ensinar” sem ter feito os cursos de Mestrado em Ensino de Filosofia?*

José Maria da Silva Rosa: Quer dizer que, neste momento, em Portugal só quem tem habilitação profissional (ou seja, no caso Mestrado em Ensino numa determinada área) é que

pode dar aulas. Por exemplo, quem apenas tenha a graduação, seja em Filosofia seja em que curso for, não está habilitado por lei a lecionar.

Revista Linhas: *Em termos metodológicos, quais são as abordagens mais comuns no ensino da filosofia: ensina-se a história da Filosofia ou trabalha-se com problemas filosóficos ou então com temas considerados mais recentes, mais contemporâneos da Filosofia?*

José Maria da Silva Rosa: Neste momento, os programas (fruto de uma certa moda da filosofia analítica) privilegiam mais as questões que os enquadramentos históricos e hermenêuticos. No 10º ano o título do Programa é “Do Vivido ao Pensado”, trabalhando vários pontos a este propósito. No 11º ano há o predomínio da lógica e da argumentação.

Revista Linhas: *Aliás, qual a importância da história da filosofia para a formação dos jovens adolescentes que estão na escola secundária?*

José Maria da Silva Rosa: Eu acho que não pode nem deve haver conflito, mas complementaridade, entre uma abordagem histórico-hermenêutica e uma perspectiva mais temática, discussão de questões, à maneira da Escolástica Medieval (aliás, mesmo neste modelo a história não estava ausente). Agora, acho que a História da Filosofia, se for dada de forma reflexiva, problematizada, crítica, e não como “galeria de opiniões”, i.e., uma simples história das ideias, é absolutamente decisiva. Saber situar as coisas num friso temporal, adquirir sólidos quadros cronológicos é fundamental para o posterior questionamento e tratamento temático dos assuntos. Acho que foi um grande erro, o ensino secundário português ter posto de lado a História da Filosofia; o tempo é um grande pedagogo, como, aliás, reconhecem os grandes mestres do Ocidente, como Santo Agostinho. Leia-se a propósito, e apenas como aperitivo, *As Lições dos Mestres* de Georges Steiner.

Revista Linhas: *No Brasil, desde 2008, a lei federal nº 11. 684/2008 impôs a todo sistema nacional de ensino, público e privado, a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e da Sociologia. Esta realidade é ainda nova e estamos todos aprendendo e preocupados em não perder esta oportunidade de contribuirmos para melhorar a formação dos adolescentes e a qualidade do ensino médio brasileiro. Que lugar o senhor acredita que a filosofia possa alcançar num país tão grande como o Brasil?*

José Maria da Silva Rosa: A Filosofia terá o lugar que os professores, os políticos, os pais e a sociedade em geral quiserem que tenha. Nada ainda está escrito nas estrelas. Pelos sinais que me são dados ver, parece-me que vai ser um lugar muito importante. Vejo que no Brasil, muito curiosamente para um país de tão forte tradição positivista, não existem os preconceitos que existem em Portugal e alhures. A Filosofia, enquanto exercício da liberdade, é essencial para um bom exercício da cidadania e da democracia. Mas isso leva tempo. As mentalidades não mudam com um estalido de dedos. A Filosofia é uma das expressões mais latas de cultura, e uma das grandes disrupturas das nossas sociedades pós-modernas (...) é a falta de cultura: específica e geral.

Revista Linhas: *O senhor poderia relatar-nos um panorama da realidade do ensino da Filosofia, tanto na universidade quanto nas escolas em outros países de língua portuguesa, como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Timor, Santo Tomé e Príncipe?*

José Maria da Silva Rosa: Devo confessar não estar muito por dentro do que se passa nos PALOP's [Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa] no que respeita ao ensino da Filosofia. Terei que aprofundar o assunto. Em tempos (há dois) um Colega da Universidade de Cabo Verde contactou-me no sentido de poder vir a ajudar em Filosofia Medieval, no âmbito do Curso que estavam a criar. No secundário, não sei o que se passa. Em geral, sei que há um grande esforço em Angola, Moçambique e Timor para consolidar um ensino secundário com qualidade. Mas não sei exatamente qual o lugar que a Filosofia tem ou vai ter no quadro curricular.

Revista Linhas: *Com base na vossa experiência de formação de professores, como o senhor avalia que deveria ser atualmente a formação dos futuros professores de filosofia na Universidade?*

José Maria da Silva Rosa: É preciso investir a fundo em três frentes. A primeira é na sólida formação científica. Sem saber bem as matérias, não há professor que resista. Saber bem o *quid* é o princípio de qualquer boa pedagogia, pois se um aluno não entende desta maneira, o professor reformula de outra. Mas só faz isso bem quem domina mesmo o assunto, que *'professa'* o que ensina... Este é um trabalho sempre por fazer ao nível da graduação, até

porque a competição entre Universidades (falo de Portugal) pode trazer a tentação da excessiva facilitação, num sistema em que o financiamento do Ensino Superior assenta no número de estudantes. Tem de haver clara cobertura política para aqueles que apostam e querem criar *clusters* de qualidade e que resistem ao nivelamento massificante, por baixo. A segunda frente tem de ser ao nível propriamente pedagógico e didático. É preciso formação específica. Não que esta seja panaceia universal, mas sem ela o que seria um bom investigador, pode dar (e dá quantas vezes) um péssimo professor. Eu próprio devo confessar que mudei muito a este respeito. Quando fiz o segundo ano de Estágio, já lá vai bastante tempo, estava com um certa “alergia” a pedagogias e didáticas, depois de um ano inteiro só com essas matérias. Mas obriguei-me a planificar com perfeição as Unidades, as Sub-Unidades e cada aula. No princípio, parecia que era artificial e forçado. Mas, surpreendentemente para mim, no final do primeiro trimestre (depois do Natal), comecei a sentir o gosto de planificar; o que até aí eram muletas que de algum modo me tolhiam, passaram a ser “asas”, instrumentos preciosos que eu usava em aula com toda a liberdade. Acabei por ter 18 valores no Estágio e, melhor que isso, com um grande gosto pela *profissão* docente. A terceira frente é mais difusa e complexa e cruza quer dons pessoais do Professor (este deve discernir honestamente se gosta, se tem “*skills*”, etc., para ser professor; se achar que não pode “professar” o que vai ensinar, então deve procurar outra profissão), o sistema político de incentivo às carreiras (é importante o papel dos sindicatos neste aspecto, mormente, creio, no Brasil, onde há uma grande demanda de professores nesta área), a determinação de um código ético do professor, que se faça a partir de dentro da profissão e não de fora (a ideia de uma Ordem do Professor começa a fazer caminho em Portugal). Não sei como estão as coisas no Brasil a este respeito.

Enfim, a minha última palavra de esperança e de entusiasmo. Apesar de Santo Agostinho, que durante tantos anos foi Professor de Retórica, ser um grande crítico dos *venderores de palavras (uenditores uerborum)*, i.e., dos professores, ao dizer que “*si non est intus qui doceat, inanis fit strepitu noster*”; eu traduzo: que *se não está dentro aquele que ensina, as nossas palavras são vãs e não fazem senão barulho e estrépito (Comentário à Primeira Carta de São João, 3, 13)*, quero dizer que ser professor, isto é, *professar* com a alma, com o corpo e com o espírito aquilo que se ensina, sentir o aluno a mudar, a amadurecer, ver-lhe um dia os olhos a brilhar, deixá-lo partir mais livre..., por tudo isto, é profissão mais bela que existe.

Revista Linhas: *Professor José Rosa, muito obrigado pela sua contribuição e disponibilidade*

para esta entrevista.

Recebido em: fevereiro de 2012

Aprovado em: abril de 2012